



Reflexões críticas sobre pluralismo, ecletismo e Serviço Social

Comments on pluralism, eclecticism and social work

JANE CRUZ PRATES*



O debate sobre pluralismo, em especial no que se refere aos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos que orientam a produção de conhecimentos, tem sido tema bastante polêmico e tem suscitado interpretações diversas, muitas vezes, sendo apreendido de forma enviesada, propiciando equívocos ou justificando a defesa do ecletismo ou do relativismo, característicos dos referenciais pós-modernos. No caso do Serviço Social, esse debate torna-se ainda mais relevante, uma vez que essa profissão e área de conhecimento, desde a intenção de ruptura com o conservadorismo iniciada nos anos 1960/1970 até a contemporaneidade, opta, coletivamente, por uma direção social fundamentada em referenciais críticos, de orientação marxiana e marxista, portanto posicionada e compromissada com novas formas de sociabilidade e desenvolvimento de processos sociais emancipatórios, no caminho da emancipação humana. O contexto presente tem sido marcado pelo retrocesso intenso e perverso no âmbito da garantia de direitos conquistados e na proteção social.

Na mesma direção, no que concerne à pesquisa e à produção de conhecimentos, pela imposição de influxos nas análises e proposições pautadas em grandes teorias explicativas da realidade, de caráter transformador, buscando substituí-las por fundamentações que apostam na fragmentação e no efêmero, como as que enfatizam a superficialidade de aportes técnicos deslocados dos fundamentos que lhes dão substância, substituindo a necessária interconexão entre o concreto pensado e sua mediação operativa por um *laissez faire* ou uma “prática profissional” sem a devida fundamentação, na formação e no trabalho profissional. Soma-se a isso o ressurgimento de um conservadorismo que, de latente passa a explícito, reiterando estigmas, discriminações, naturalizando a violência, o racismo, a homofobia, o machismo, entre outros processos sociais subalternizadores que violam direitos humanos e subjagam segmentos populacionais.

Sob o argumento da defesa de formas mais modernas, enxutas, mais aligeiradas, mais flexíveis e operativas de trabalho e formação, escondem-se processos de precarização que têm por finalidade reduzir custos para o capital e ofertar produtos e uma formação restrita a atender as demandas do mercado, sem considerar a contribuição dos trabalhadores e de suas bases na construção do conhecimento crítico que questiona o instituído, que constrói cultura e novas formas possíveis de organização do trabalho e da sociedade.

O trato do fragmento, ao invés da busca pela totalidade concreta com suas múltiplas determinações, a ênfase no operativo, em detrimento de reflexões substantivas, a homogeneização, como contraponto à valorização do diverso que se complementa como unidade dialética, a predominância do

* Bacharel, Mestre, Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Pós-Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Pesquisadora produtividade do CNPq, Coordenadora do PPGSS e Professora dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da PUCRS. Porto Alegre - RS/Brasil. CV: <http://lattes.cnpq.br/1901733198724508>. E-mail: jprates@puhrs.br.

virtual sobre o presencial, vem conformando a formação de sujeitos cujas bases são superficiais e, portanto, menos críticos, mais egocêntricos e individualistas, cuja captura da subjetividade favorece posturas subalternas, cordatas, reacionárias e reprodutoras do instituído, mesmo que travestidas de inovadoras. Os processos de alienação e cooptação são parte integrante da constituição da mercadoria “força de trabalho”, atendendo a um mercado cada vez mais restritivo, competitivo e perverso, moldado e adequado à concepção liberal de mundo e à ideologia que lhe dá sustentação.

Entende-se que a busca pela captura da subjetividade do trabalhador não é novidade, pode ser identificada mesmo em etapas anteriores do capitalismo, mas o que se verifica no tempo presente é uma captura mais agressiva, ancorada numa flexibilização e precarização desmedidas das condições de trabalho, que impacta na organicidade da classe trabalhadora e no refinamento de processos manipulatórios que acentuam os níveis de alienação.

No que tange aos níveis de alienação, entre a apartação e o estranhamento, acentua-se o estranhamento, ou seja, os sujeitos não se reconhecem naquilo que produzem e reproduzem, incluindo relações, vínculos e organicidade. Não se reconhecem no outro e na classe, vendo o outro apenas como um competidor diante de seus anseios travestidos de necessidades individuais, egocêntricas e narcisistas. Assim como o capital portador de juros não passa pela produção, o sujeito não passa pelo ser genérico, embora ambos só existam, respectivamente, em razão da produção e do coletivo.

Para Alves (2011, p 6), vive-se em tempos de capitalismo manipulatório quando “altera-se o modo de ser do trabalhador assalariado e seu nexos psicofísico com a produção do capital, ampliando-se, como inovação sociometabólica do capital, a captura da subjetividade do trabalho pelos valores empresariais”.

Na verdade esse é um acirramento intenso de contradições, categoria dialética que está na base da luta de classes. O não investimento na produção seguramente vai acentuar ainda mais as refrações das crises, e a apartação do sujeito de sua referência coletiva já mostra seus sinais nefastos como adoecimentos mentais, suicídios, depressões, síndromes de pânico, que têm crescido vertiginosamente, dando visibilidade ao sofrimento da humanidade, para além da morte pela fome, pela guerra, pelas mais diversas formas de violência, como, por exemplo, os absurdos índices de feminicídios, pela ausência de acessos aos bens socialmente produzidos, pelos extermínios, como é o caso das populações indígenas, pela destruição da natureza, necessária à manutenção da vida.

Embora a luta de classes não se explicita e se manifeste claramente, porque a disputa é amortecida pelos processos de captura, conciliação, repressão ou mesmo pela invisibilidade aos processos de resistência, negados sistematicamente pelo capital e pela mídia burguesa, o antagonismo de classes é permanente, para além da consciência da própria classe. E Marx (1991) já afirmava, desde suas obras de juventude, que é preciso condições materiais de existência para que a consciência possa alterar-se e solidificar-se. Os refluxos da luta não significam a redução ou inexistência do antagonismo. O fato de os trabalhadores não se reconhecerem como tal não muda esse fato objetivo, essa condição objetiva, muda sim as possibilidades de organização, mobilização, ampliação da consciência e capacitação para o enfrentamento. Logo, a ausência de identidade de classe não nega a existência da classe, mas tem sobre ela um impacto nefasto.

Segundo Forti (2017), o debate sobre pluralismo é um tema da modernidade, quando ocorre a ascensão da burguesia e do capitalismo, da valorização de um individualismo exacerbado e a consideração da sociedade como um somatório de interesses individuais privados, o que está na base da concepção liberal de mundo.

Diz Marx (2004, p. 107) nos Manuscritos de Paris: “O indivíduo é um ser social. À sua exteriorização de vida, mesmo que ela não apareça na forma imediata de uma manifestação comunitária de vida, realizada simultaneamente com outros – é, por isso, uma externalização e confirmação da vida social”.

Nessa direção, o debate acerca do pluralismo vem sendo retomado sob uma perspectiva perigosa, na tentativa de justificar o que Lefebvre (1991) chama de sopa metodológica, ou seja, a articulação indiscriminada de métodos diversos e contrapostos para análise e explicação do real.

Para Carlos Nelson Coutinho (1991), o pluralismo pode ser fundamentado em duas dimensões. A primeira, destacada no início do presente artigo, como referência para a construção do conhecimento, e a segunda como fenômeno social e político. O autor destaca que o pluralismo pode não limitar-se aos interesses individuais e corporativos, mas representar a diversidade de grupos, o que, no pensamento gramsciano, é chamado de sociedade civil. A evolução da participação popular e sua organização em sindicatos e partidos possibilitou que o pluralismo pudesse ser pensado para além do individualismo, mas captasse a expressão dos sujeitos coletivos.

Coutinho (1991) destaca como valores pluralistas: a concepção do conflito como valor positivo, onde se inclui a consideração de que a diferença e a competição são processos positivos; a concepção de tolerância também como elemento positivo, diante de opiniões e proposições diversas; a concepção de divisão de poderes para inibir a formação do poder absoluto e, por fim, a concepção de direito das minorias.

Tonet (1995), por sua vez, é enfático ao criticar o pluralismo metodológico, argumentando que, a partir da modernidade, há um deslocamento da perspectiva fundada na objetividade para uma perspectiva orientada pela subjetividade, dando centralidade ao “ponto de vista do sujeito” que foi alargando sua amplitude, tornando-se natural e inquestionável, tornando-se o meio natural no interior do qual se processa a reflexão. Nessa perspectiva, a reflexão teórica constrói o objeto, enquanto numa perspectiva materialista, dialética e histórica ela “reconstrói o processo do objeto historicamente dado” (TONET, 1995, p 8), logo, segundo o autor, se evidencia a regência do objeto.

Esclarece Tonet (1995, p 11) que:

Numa perspectiva ontológica, o saber tem como fundamento o ser, a verdade está no ser, ela não é uma construção autônoma da subjetividade, do mesmo modo que os critérios de verdade e, portanto, de cientificidade, não são um produto subjetivo, mas uma imposição do objeto. Deste ponto de vista, é absurdo que possam existir várias verdades a respeito do mesmo objeto.

O acento na perspectiva ontológica, comum aos autores que fundamentam suas reflexões, predominantemente a partir da obra de Lukács, difere da posição de autores do mesmo campo marxista que acentuam os aspectos epistemológicos ou que avaliam a necessidade de um equilíbrio maior entre os aspectos epistemológicos e ontológicos, entendendo que sujeito e objeto regem o processo investigativo, que está na base do desvendamento do real.

Porém, é importante destacar que, para além das diferenças no modo de apreender o movimento realizado para conhecer e explicar o real, é comum entre os autores a negação do ecletismo e do relativismo como alternativas.

O debate acerca do ecletismo no âmbito do Serviço Social se inicia no período do Movimento de Reconceitualização. A crítica às vertentes tradicionais da profissão, em razão de sua aproximação com a vertente marxista, questionava os referenciais ecléticos conservadores utilizados. Contudo, adverte Netto (2001) que, ao aproximar-se de modo superficial e enviesado ao marxismo, o Serviço Social acaba por intensificar, ao invés de superar, o uso de referenciais ecléticos. A refutação mais efetiva ao ecletismo vai ocorrer somente no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, quando há um amadurecimento da produção simbólica da profissão que se dá a partir de uma apreensão mais profunda da teoria marxiana. (FORTI, 2017) Além do debate instigado por Neto, merece destaque a importante contribuição de Marilda Iamamoto nessa direção, bem como os primeiros produtos oriundos da Pós-Graduação na área.

Rocha (2005) aponta que as bases históricas do ecletismo que influenciam o Serviço Social se ancoram na história da filosofia burguesa, com destaque para o ecletismo francês do século XIX, caudatário do movimento espiritualista francês, que surge como “reação da classe burguesa em maturação como classe dominante” (ROCHA, 2005, p.60). Para a autora, tanto o ecletismo como o psicologismo e o tradicionalismo estão inclusos no movimento espiritualista francês, e constroem-se como reações conservadoras decorrentes do pensamento moderno capitalista que se afastava dos princípios da Revolução Francesa.

O ecletismo propõe uma aparente harmonia filosófica, daí o seu caráter consensual. De uma maneira geral, afirma Rocha (2005), o ecletismo não pode ser, simplesmente, resumido a um sistema falho e frágil que mistura ideias variadas e mesmo opostas, precisa ser reconhecido como uma análise arbitrária da realidade, porque pautada numa visão subjetivista que toma como base a retórica e a aparência da verdade, mistificando a apreensão do real a partir de uma falsa conciliação de ideias. Nas palavras de Haguette (1991, p.119), o ecletismo “se destrói a si mesmo. Ele não existe logicamente, ele é um posicionamento coerente que ignora o fio condutor da construção de sua coerência”.

Numa perspectiva diametralmente oposta, a dialética marxista quer explicar o real, o que não é possível apenas pela apreensão isolada de fragmentos e por uma análise que se restrinja à aparência. Marx, ao falar do processo investigativo, na introdução da obra **O capital**, ressalta:

A investigação tem que se apoderar da matéria em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho, é que se pode descrever, adequadamente *o movimento do real*. Se isto se consegue fica espelhada, no plano ideal, *a vida da realidade pesquisada*(...) (MARX, 1989, p. 16 - grifos nossos).

O concreto pensado, capturado por sucessivas aproximações, não pode ser apreendido a um primeiro olhar, precisa superar a superficialidade, a pseudoconcreticidade, o isolamento de cada fator condicionante e buscar a totalidade com base no desvendamento das contradições que conformam o movimento do real, do desocultamento de seu modo de constituição e das interconexões nele contidas, ou, nas palavras de Netto (2015), desvendar sua estrutura e sua dinâmica. O método marxiano de exposição, por sua vez, explicita-se como desdobramento, a partir de um fio lógico condutor ao qual se acresce as contraprovas históricas que atestam sua materialidade e validade.

O relativismo, por seu lado, adotado pelo ceticismo, pragmatismo, etc., afirma a relatividade do conhecimento. Entende que os pontos de vista têm apenas um valor relativo, uma vez que dependem de diferentes valores, cultura, aspectos considerados e modos de apreensão dos sujeitos. Contudo, considera válidas as diversas perspectivas de análise, mesmo que contraditórias, justificando-as a partir do reconhecimento da diversidade humana (BENEDICT, 1934). Nesse sentido, nega a possibilidade de se chegar a uma verdade objetiva ou ao conhecimento efetivo, mesmo que constituído como totalização provisória, em razão do reconhecimento de sua historicidade, como no método em Marx.

Para os relativistas, não existe uma realidade única, ela depende do contexto em que é observada e das interpretações realizadas pelos sujeitos (BENEDICT, 1934).

Conforme Forti (2017), no caso do Serviço Social, é possível afirmar que essa profissão surge alicerçada num conjunto de saberes fundamentados em correntes conservadoras do pensamento social e sua inserção nas políticas sociais contribuiu, ao longo do tempo, para que os interesses da classe trabalhadora fossem refuncionalizados em prol da lógica capitalista e da manutenção da ordem. É importante ponderar, no entanto, que embora se reconheça o caráter contraditório das políticas sociais, um vez que servem ao capital, ao mesmo em que respondem a necessidades e interesses da classe trabalhadora, é fundamental identificar, ainda, a existência da luta entre os opostos, ou a existência da contradição dialética, caso contrário estaremos negando a relevância dos importantes espaços constituídos via políticas sociais, fruto de concessões, mas também de conquistas, enfatizando apenas seu caráter conformador, mesmo reconhecendo sua histórica predominância, pelo menos no caso brasileiro.

Ainda, segundo Forti (2017), a defesa dos valores que sustentam o projeto ético-político pressupõe consideração respeitosa ao Código de Ética e às Diretrizes Curriculares da ABEPSS, instrumentos fundamentais para tal projeto. As diretrizes têm como premissa uma formação generalista que resulte na constituição de um perfil profissional intelectual e culturalmente crítico, com instrumental suficiente para desvendar e intervir nas expressões da questão social. No que se refere ao pluralismo, destaca a autora, houve uma alteração do MEC na aprovação das Diretrizes. Enquanto no texto original constava “o exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional impondo-se o necessário debate

sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais”, no texto aprovado pelo MEC ficou apenas “o exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional” (FORTI, 2017).

No Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, dentre 11 princípios que se articulam e precisam ser analisados em conjunto, o de número sete afirma: “garantia do pluralismo através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas e compromisso com o constante aprimoramento intelectual” (BRASIL, 2012).

Para finalizar, é importante reiterar que a clareza de direção social, que está na base do projeto ético-político profissional, não permite que se abra mão de um método radical (que vá à raiz) para o efetivo desvendamento dos múltiplos determinantes que conformam as refrações da questão social, condição necessária para que se possa planejar intervenções substantivas de caráter transformador. Nessa direção, é possível admitir o debate crítico entre ideias opostas, a sua explicitação objetiva e enfrentamento respeitoso, mas jamais a pseudoconciliação dessas ideias, conforme proposto pelos ecléticos. Além disso, é fundamental a manutenção do monismo em termos de método ou a direção social, imprimida pela categoria a seu projeto ético-político, será seriamente comprometida. Permanece o importante desafio de adensar estudos sobre teoria e método marxiano, na formação da Graduação e da Pós-Graduação, como parte do instrumental utilizado por trabalhadores comprometidos com a transformação social, para que seus referenciais técnico-operativos possam ter mais substância política, em tempos tão obscuros, quando se agravam as refrações da questão social e seu mascaramento.

Nessa edição da Revista Textos & Contextos, apresentam-se 15 artigos, oriundos de nove estados brasileiros: RS, ES, PR, MG, PA, SP, RJ, PE, PI além de dois artigos internacionais, de Portugal e do Uruguai. A Revista está subdividida em quatro eixos e contempla os temas fundamentais abordados pelas quatro linhas de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Escola de Humanidades da PUCRS – PPGSS, ao qual se vincula a Revista, cujo desdobramento pode ser verificado na página do Programa através do site <http://www.pucrs.br/humanidades/programa-de-pos-graduacao-em-servico-social>. São elas: 1. Serviço Social, Direitos Humanos, Desigualdades e Resistências, 2. Serviço Social, Ensino e Formação, Serviço Social, 3. Seguridade Social e Políticas Sociais e 4. Serviço Social, Trabalho e Processos Sociais.

O artigo que abre esse número da Revista, apresentado também em língua inglesa, intitula-se “Graduação e Pós-Graduação no Brasil”. O artigo analisa a expansão da Pós-Graduação em Serviço Social no país nos últimos 15 anos, destacando as convergências e divergências entre a Graduação e a Pós-Graduação da área. Dando prosseguimento ao **Primeiro Eixo – Serviço Social, Trabalho e Formação**, composto por quatro artigos, apresenta-se o segundo, “Serviço Social e Política Social no Brasil, uma relação necessária”, fruto de estudo que se dedicou a compreender o entrelaçamento entre o Serviço Social como profissão e a Política Social como *lócus* privilegiado de seu trabalho. O terceiro artigo, intitulado “Etnografia de práticas de Serviço Social”, aporta reflexões, a partir da experiência portuguesa, tomando por base o trabalho de profissionais em serviços de proteção social e desenvolvimento social local, no norte de Portugal e considerando processos intersubjetivos e de poder inerentes à compreensão cultural, segundo os autores, no intuito de compreender como as profissionais acompanhadas em seus cotidianos de trabalho constroem, mobilizam e recontextualizam o saber profissional no decurso de seu trabalho. O quarto artigo que finaliza o eixo 1 intitula-se “As especificidades urbanas na relação do Serviço Social com os movimentos sociais” e versa sobre o impacto da configuração sócio-política dos movimentos sociais urbanos na intervenção profissional do Serviço Social.

O **Segundo Eixo – Trabalho, Condições de Trabalho e Desemprego** é composto por três artigos. O primeiro, “A relação entre a carreira do magistério superior, suporte familiar e o estresse ocupacional dos docentes da Universidade Federal de Viçosa MG”, é um estudo que toma aquela Universidade como caso para debater a importância do suporte familiar aos docentes e os impactos do sobretrabalho nessa relação. O segundo artigo que compõe o eixo 2 intitula-se “O desemprego e as tendências da contrarreforma no campo dos direitos sociais” e busca dar visibilidade à resignificação jurídico-política, posta pela mediação da flexibilização e pela precarização das condições e relações de trabalho aviltadas, como resposta ao

desemprego. O último artigo que completa este eixo, intitulado “Sentidos do trabalho: uma revisão da literatura”, apresenta um levantamento da literatura relativa ao tema “trabalho prisional”, organizando-a para análise a partir de quatro categorias: o trabalho como meio de sobrevivência, o binômio da educação e trabalho, os egressos e o mercado de trabalho e os trabalhadores do sistema prisional. Conclui que a produção acadêmica sobre trabalho prisional destaca três elementos proeminentes na teoria marxista: a humanização, a exploração e a alienação dos trabalhadores.

O **Terceiro Eixo – Direitos Humanos e Políticas Públicas** é composto por três artigos: o primeiro, sob o título “A intersectorialidade na implementação dos Centros de Referência da Cidadania LGBT”, analisa os esforços empreendidos pelos Centros para implementar ações setoriais envolvendo diversos órgãos estatais, identificando ações exitosas e obstáculos ao processo. O segundo artigo, intitulado “Violência familiar contra a pessoa idosa: expressões do fenômeno e perspectivas para seu enfrentamento”, toma por base um Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS de um município gaúcho e, a partir da análise de 65 prontuários, identifica marcadores geracionais e de gênero significativos em relação às vítimas, que, apesar da relativa autonomia econômica, dependiam de seus agressores. O terceiro artigo que fecha esse eixo, intitulado “Repensando a cidadania e a justiça para a pessoa com transtorno mental: olhares a partir da teoria de Marshall e Fraser”, retoma os ideais da reforma sanitária e busca tecer reflexões a partir da articulação das teorias de Marshall e Fraser, de modo a aportar novas contribuições para o debate acerca da justiça e da cidadania.

O **Quarto Eixo – Pobreza, Proteção e Desproteção Social** é composto por cinco artigos. O primeiro, “La elaboración de política pública en los países periféricos y su diálogo con los organismos internacionales y el conocimiento especializado: notas para su discusión desde el caso uruguayo”, aborda, por um lado, a influência dos organismos internacionais nos países periféricos, a partir do que se denomina “assistência internacional para o desenvolvimento”, e, por outro, o papel substantivo que adquire o conhecimento especializado na elaboração de políticas públicas, onde as ciências sociais ocupam lugar de destaque. Apresentam observações do caso Uruguio para ilustrar as reflexões, tomando por base o processo de reforma da proteção social nos últimos dez anos, a partir da implementação do Plano de Equidade Social, desde 2008. O segundo artigo que compõe o quarto eixo intitula-se “Remanejamento, empobrecimento e mudança no cotidiano familiar na cidade de Belém do Pará” e apresenta resultados de pesquisa que investiga os efeitos da perda de moradia na vida das famílias que vivenciaram processos de reassentamento pelo governo estadual do Pará. O estudo conclui que a perda da casa de origem e a submissão à condição de locatários agravou a situação de pobreza e a marginalização das famílias pesquisadas. Dando prosseguimento, o terceiro artigo intitulado “A legitimação da injustiça social e ambiental: análise da legislação no campo da construção de hidrelétricas no Brasil” apresenta os diferentes ângulos da banalização do sofrimento das populações atingidas pelos grandes empreendimentos hidrelétricos, que passam pelo sofrimento, questões relacionadas à saúde, ao trabalho, às relações sociais e culturais e, como contraponto, privilegiam normativas que garantem a comercialização dos recursos naturais e o direito dos consumidores. O quarto artigo, que complementa o último eixo dessa edição da Revista, tem como título “Rede Socioassistencial e sociedade civil na PNAS: sobre fragmentações do público e do privado na vida social” e problematiza o processo de descentralização político-administrativa, a despeito dos princípios da LOAS (1993), que tem se materializado no território a partir da intensificação de conveniamentos para a prestação de serviços de assistência social, o que é identificado pela autora como uma afirmação da relação naturalizada entre o que foi instituído no capitalismo como público e privado, característica da formação social periférica do capitalismo. O quinto artigo que encerra a essa edição da Revista intitula-se “Fator Amazônico e cultura política na gestão do SUAS: as influências na gestão do SUAS no estado no Pará”. O artigo apresenta resultados preliminares da Pesquisa Regional “Avaliando a implementação do SUAS na região Norte e Nordeste: significado do SUAS para enfrentamento à pobreza nas regiões mais pobres do Brasil” e vincula-se à pesquisa mais ampla sobre a implementação do SUAS no Brasil, que se encontra em curso de finalização. Os resultados parciais mostram práticas antidemocráticas na gestão do SUAS, expressas no clientelismo, subalternização e na servilidade da pobreza imputada aos usuários do SUAS, bem como na atualização do conservadorismo expresso no primeiro damismo, convalidando a ordem política que materializa a “não política”, sob a pseudobenesse do Estado, conforme enfatizam os autores.

Finalizada essa edição da Revista Textos & Contextos, deseja-se a todos e todas uma ótima e proveitosa leitura.

A Editora
Porto Alegre, verão de 2018.

Referências

- ALVES, Giovanni. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. **Estudos do Trabalho**, ano V, 2011. Disponível em: www.giovannialves.org>artigos. Acesso em: maio 2018.
- BENEDICT, Ruth. Anthropology and the abnormal. A defense of ethical relativism. **Journal of General Psychology**, n. 10, p. 59-82, 1934. Blackboard. Web. Set 2014.
- BRASIL. **Lei nº 8.662**, de 7 de junho de 1993. Código de Ética do/a Assistente Social. Lei de regulamentação da profissão. 10.ed. Rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012.
- COUTINHO, Carlos N. Pluralismo, dimensões teóricas e políticas. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n 4, p 5-17, 1991.
- FORTI, Valéria L. Pluralismo, serviço social e projeto ético-político: um tema, muitos desafios. **Katálysis**, Florianópolis, UFCS, v.20, n.3, 2017.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In*: FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- HAGUETTE, André. Ecletismo e pluralismo. **Educação em debate**, Fortaleza, v. 14, n. 21/22, p.117-127, jan./dez. 1991.
- LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal/lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- MARX, K. **O capital**. Livro 1. 13.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. v.I.
- MARX, K. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- ROCHA, Sheila. N. R. **A influência do ecletismo na produção teórica do serviço social na contemporaneidade**. Recife, UFPE, 2005. Repositório UFPE.
- TONET, Ivo. Pluralismo metodológico: falso caminho. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n.48, 1995.